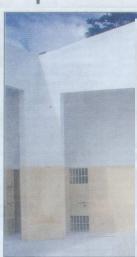
Sistema penal envolve os três poderes

penal brasileiro envolve os pode-res Legislativo, Executivo e Judi-ciário que devem cumprir papéis distintos. O Legislativo é respon-sável pela criação e atualização das leis. O Judiciário é responsável pela aplicação da legislação vi-gente e conta com as varas crimi-nais, os Juizados Especiais e as va-ras de execução penal. O Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e da SDCDH vestaja crimise produzir inque-ritos, promover prisões em fla-grante ou por ordem judicial, além de custodiar os presos até a liberação pela Justiça. O Ministério Público promove

a ação penal contra quem come-teu um crime e fiscaliza a aplica-ção da lei. A Defensoria Pública garante a defesa do individuo, através da assistência judiciária



Trabalho para enfrentar o quadro de violência e de transgressões

Garantia para defensores dos direitos humanos

ANA LÍVIA LOPES

A atual gestão estadual tem prio rizado a construção de uma polí-tica de defesa, proteção e promo-ção dos direitos humanos para en-frentar o quadro de violência e de do nas últimas décadas. "Essa realidade é expressa, dentre outros aspectos, pelo incremento dos ín-dices de homicídios, vitimando, sobretudo a população jovem; pe-la ação dos grupos de extermínio; la ação dos grupos de extermino; pela criminalização dos movi-mentos sociais e pelas constantes agressões, intimidações e, mes-mo, a eliminação de organizações e pessoas que atuam nessa área" afirmou a coordenadora de Gesda, Monitoramento e Avaliação da Política de Direitos Humanos da SJCDH, Katia Martins. Um dos resultados da nova po-

lítica é a criação de um servico de apoio psicossocial, jurídico e de proteção aos defensores dos direi-tos humanos e seus familiares que se encontrem em situação de risco

ou vulnerabilidade.

O Programa de Proteção aos
Defensores dos Direitos Humanos
atenderá toda pessoa, física ou jurídica, grupo social, instituição/ organização/ entidade da socie dade civil ou movimento social que demande seus serviços. São considerados defensores dos di-reitos humanos "todos os indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovem e projetam os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais universalmente re-

conhecidos", art. 2º do Anexo do Decreto 6044/2007. O programa vai ainda monitorar e apurar as denúncias e viola cões praticadas por agentes públi lidificar parcerias, estabelecendo uma relação próxima com o Minis-tério Público, a Secretaria de Segurança Pública, o Tribunal de Justiça, a OAB-BA e a <u>Defensoria</u>

bem como pela Coordenação Es-tadual e Coordenação Nacional do Programa de Defensores dos

O PROGRAMA VALAPURAR **DENÚNCIAS E** VIOLAÇÃO **CONTRAA** ATUAÇÃO DOS **DEFENSORES**

Em busca do direito de existir legalmente

responsáveis não conseguiram obter a certidão de nascimento. O problema acontece notadamente em áreas rurais, pela dificuldada nexistência destes. A Bahia ocupa o quinto lugar no ranking nacio-nal entre os estados com maior número de sub-registro civil, com um índice de 24%. Ou seja, de caelas não têm acesso a serviços es-senciais oferecidos pelo governo.

senciais oferecidos pelo governo.
Atendendo orientação do presidente da República, Luis Inácio
Lula da Silva, em reunião dia 29 de
janeiro deste ano, o Governo do
Estado, através da Secretaria da
Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SICDH), constitui e coordena o Comitê Estadual para Erradicação do Sub-registro. "Pretenjemos diminuir esse indice de 24% para 14% em 2009, o que se 24% para 14% em 2009, o que se-rá um avanço considerando o grande contingente de popula-ção rural do Estado", pondera Márcia Misi, coordenadora de Promoção e Defesa dos Direitos

Humanos da SICDH.

Misi explica que a emissão do registro dos cidadãos brasileiros é competência exclusiva do Poder Judiciário. O que o Governo do EsCERTIDÃO DE NASCIMENTO Eu. Cristovão Penine da Silva,

recem-nascidos e promovendo acesso aos cartórios para os adul-tos não registrados. São 158 postos de registros ne-cessários para o Estado, segundo levantamento do Governo Federevantamento do Governo reder ral. "Juntamente com o Tribunal de Justica da Bahia, que ocupa um papel fundamental nesse proces-so por ser responsável pelo regis-trocivil, vamos chegar a um núme-

é composto pelas secretarias esta-duais de saúde, de administração e de promoção da igualdade, de

papel tundamenta nesse piuces so por ser responsável pelo regis-trocivil, vamoschegar a umnúme-ro compatível com a necessida-de", diz accordenadora. Ocomite

Coordenad Promoção e

Jornal A Tarde - 29/04/2009

☐ Conselho Superior da Defensoria elege

Os defensores núblicos da Bahia escolherão, amanhã, os novos membros não natos do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia. A votação ocorrerá das 9 às 18h, na Rua Pedro Lessa, Canela. Os candidatos às vagas disponíveis são os defensores Ricardo Cláudio Carillo Sá, Nélson Alves de Sant'Anna Filho, Walmary Dias Pimentel, Fabiana Almeida Miranda, Josenilda Alves Ferreira e Iasnaia Silva Ribeiro. O objetivo da eleição é elaborar a lista de três defensores titulares e três suplentes três defensores titulares e três suplentes ties declasores inflates e tes supremes para composição do órgão colegiado da Administração Superior da instituição que tem a função normativa e deliberativa de velar pela observância dos princípios institucionais e legais da Defensoria Pública.

Defensoria pública

Foi inaugurada no último dia 15 uma sala para atendimento da Defensoria na Penitenciária Lemos Brito (PLB), localizada no Complexo Penitenciário da Mata Escura. Cerca de 1.400 internos daquela unidade ganham com isso melhores condições de atendimento. O ato marcou também, simbolicamente, a entrega das salas para a <u>Defensoria Pública</u> nas demais unidades prisionais do Estado administradas pela SICDH. O objetivo é oferecer aos defensores públicos um espaço para que possam prestar o serviço de assistência judiciária devido aos internos.

O novo espaço da Defensoria na PLB possui três salas para atendimento individualizado por parte dos defensores, uma sala de espera bastante ampla, climatizada, com mobiliário e equipamentos de informática. Também foi anunciada a implantação de um sistema informatizado de credenciamento que permitirá o gerenciamento do atendimento realizado pela Defensoria Pública junto aos internos,

DETENTOS DA PLB GANHAM COM A SALA



Associação dos Defensores Públicos da Bahia

· Home i

29 de Abril de 2009

Maria Auxiliadora consegue condenar cooperativa a pagar R\$ 200 mil a aposentada

Cooperativa dos Usuários do Sistema de (Coopus) condenada em ação movida pela defensora pública Maria Auxiliadora Teixeira (foto) a



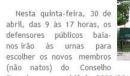
do segurado A.E.F, 55 anos. O homem mantinha um também foi alvejada. J.G. faleceu; a esposa sobreviveu, contrato com o plano de saúde há mais de três anos, pagava as mensalidades em dia e morreu vítima de legal, os dois foram condenados a 27 anos de prisão: infarto e Acidente Vascular Cerebral (AVC), porque este latrocínio consumado em concurso material com o crime de direto e secreto. não liberou, em tempo hábil, a sua transferência para uma roubo com lesões corporais, na forma tentada. de Terapia Intensiva(UTI), alegando negligentemente que o infarto, uma doença que pode aparecer subitamente, era caracterizada como doença preexistente.

Marcos Pithon consegue, em revisão criminal, reduzir 6 anos de pena em latrocínio

J.O.S.M. entraram numa residência, em 26 de junho de 2004, no município de e desferiram-lhe golpes de faca contra J.G.

pagar uma indenização no valor de RS 200 mil para a viúva durante a prática de roubo. A esposa da vítima, M.S.R., mas com graves lesões corporais. Após o devido processo

Candidatos ao Conselho da DPE expõem seus objetivos no site da ADEP-BA



Superior para o biênio 2009/2011. O processo eleitoral acontecerá na sede da Instituição (foto), na rua Pedro Lessa, nº 123, Canela. De acordo com a portaria nº 48, de 30 de marco de 2009, o voto será obrigatório, nomina





ANADEP Associação Nacional dos Defensores Públicos

28/04/2009 - 12:46

Eleição do Conselho Superior da Defensoria da Bahia será nesta quinta

Os defensores públicos da Bahia escolherão, nesta quinta-feira, dia 30 de abril, os novos membros não natos do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia. A votação ocorrerá das 9 às 18h, na sede da instituição, na Rua Pedro Lessa, nº123, Canela.

Os candidatos às vagas disponíveis são os defensores Ricardo Cláudio Carillo Sá. Nélson Alves de Sant'Anna Filho, Walmary Dias Pimentel, Fabiana Almeida Miranda, Josenilda Alves Ferreira e Iasnaia Silva Ribeiro. O objetivo da eleição é elaborar a lista de três defensores titulares e três suplentes para composição do órgão colegiado da Administração Superior da instituição que tem a função normativa e deliberativa de velar pela observância dos princípios institucionais e legais da Defensoria Pública.

29/04/2009 - 17:06

Ministério da Justiça convida Defensoria da Bahia a promover conferência livre

A Defensoria Pública da Bahia foi convidada pelo Ministério da Justiça - MJ para realizar uma conferência livre sobre Segurança Pública, com vistas ao encaminhamento de princípios de diretrizes para a I Conferência Nacional de Segurança Pública, que acontecerá em Brasília de 27 a 30 de agosto deste ano. O convite foi apresentado à defensora geral, Tereza Cristina Almeida Ferreira, pela assessora de Projetos Especiais do Sistema de Justiça e Mulheres do MJ, Clarissa Rihl Jokowski na manhã de hoje, em reunião na sede da Defensoria, em

Todas as pessoas têm direitos



É O ACESSO À JUSTICA"

IMPORTANTE

Fabiana Mattos Gestora governamental da SJCDH

PRISCILA NATIVIDADE

direitos e acesso à documentação civil básica, recebem e encami-nham denúncias de violação de direitos aos órgãos competentes para solucioná-los. Além disso, oferecem a possibilidade da resolução pacífica de conflitos pela meação. Ao todo, o Estado conta com cinco NUDHs instalados na capital e mais quatro no interior. Com esta iniciativa, o Governo

da Bahia realiza parte do seu com promisso com a implementação de políticas para a efetivação dos direitos humanos. O serviço no NUDH é prestado por equipe interdisciplinar, composta por pro-fissionais de direito, serviço social, psicologia e comunicação, e aten-de, principalmente, pessoas de

"Além da facilitação do acesso, aos serviços de assistência judiciária e psicossocial, desenvolve-se nos NUDHs ação voltada para a educação em direitos humanos e

as violações desses direitos", con sidera Fabiana Mattos, gesto nental da Secretaria d

Convívio social por direito

eis. Os portadores de transtornos

O Hospital de Custódia e Tratanais, destinada a custodiar e tratai

desde 2007 por um processo de re-estruturação e melhoria na área contra graves atentados de Direi-tos Humanos, principalmente no ano de 2003, ao apresentar pro-blemas de higienização e conser-vação, falta de profissionais de não assegurava o respeito a esses direitos. O HCT, nessa mesma épo-



na implantação do Programa de Considera Denise Tourinho, Coor-Desinstitucionalização Gradual denadora de Gestão Integrada da vação, falta de profissionais de saúde e um modelo prisional que não assegurava o respeito a esses reinserção na sociedade. "A imto, medio e rongo produ, condições precárias considerando sua capacidade para atender ape-sua capa

Ação Penal da Secretaria da Justi ça, Cidadania e Direitos Humanos. A proposta conta com a parceria da Vara de Execuções de Penas Al-ternativas e Medidas de Seguranno e da sociedade civil, com a ne-nas 150 pacientes.

A atual gestão da SJCDH ven empregando esforços para trans-cial, sobretudo dos governos mu-cial combate à Pobreza do Esta-formar este cenário. Na atual ges-tão, o órgão começou a trabalhar estão aptos a deixar o Hospital",